

GESTÃO DA EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS EM ALTAMIRA-PA

EDUCATION MANAGEMENT: INITIAL NOTES ON THE IMPLEMENTATION OF THE ARTICULATED ACTION PLAN IN ALTAMIRA-PA

Raimundo Sousa¹

Resumo: Este texto descreve e analisa o processo inicial de construção do Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Altamira-PA, tendo como referência, o ano de 2007. Em 2007, os municípios brasileiros foram mobilizados, no contexto do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo Governo Federal, a aderirem ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. A partir de referenciais teóricos, legislações e documentos oficiais do MEC/FNDE e da SEMED de Altamira-PA, elaborou-se uma breve análise acerca do processo de implementação do PAR. O processo gestor de construção e implementação do PAR seguiu as orientações de consultores do MEC e de manuais sobre a política do PAR, o que pode, caracterizar forte centralismo da União.

Palavras-chave: Plano de Ações Articuladas, Secretaria Municipal de Educação de Altamira, Gestão da Educação.

¹ Pós-Doutorado em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Planejamento e Gestão da Educação-GEPGED. Docente do Mestrado do PPGECI – Programa de Pós-Graduação em Educação e Culturas Inclusivas. Professor Adjunto e Diretor de Ensino na Universidade Federal do Pará, Altamira, Pará, Brasil. E-mail: sousaf3@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0656-837X>

Abstract: This text describes and analyzes the initial process of construction of the Articulated Action Plan (PAR) of the Municipality of Altamira-PA, having as reference, the year 2007. In 2007, Brazilian municipalities were mobilized, in the context of the launch of the Education Development Plan (PDE) by the Federal Government, to adhere to the All for Education Commitment Goal Plan. Based on theoretical references, legislation and official documents of the MEC/FNDE and SEMED of Altamira-PA, a brief analysis of the process of implementation of the PAR was elaborated. The management process of construction and implementation of the PAR followed the guidelines of MEC consultants and manuals on the PAR policy, which can characterize a strong centralism of the Union.

Keywords: Articulated Action Plan, Municipal Department of Education of Altamira, Education Management.

Introdução

A garantia do status de ente federado autônomo aos municípios brasileiros é recente. Na Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988, nos artigos 1º e 18 os municípios são destacados como entes autônomos da República Federativa. A partir desta inovação, os municípios devem exercer e consolidar sua autonomia. Na prática, o que se refere aos processos educacionais, a autonomia tão divulgada ao mais novo ente, é cerceada, principalmente a partir das políticas neoliberais que inundam o país nos anos 1990, materializadas por meio da Reforma do Estado, especialmente no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Na primeira década do século XXI, como prática do Poder Central, a construção e gestão das políticas em educação, especialmente da Educação Básica, também ocorre com forte centralismo. Apesar do Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/2001,

ainda em vigor no ano de 2007, o Governo Federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Este último, direcionado à

Educação Básica, apresentou aos municípios, a partir do Decreto Presidencial 6094/2007, um conjunto de 28 diretrizes, cujo objetivo principal destacado pelo Governo foi a construção de uma educação de qualidade. O principal instrumento aferidor desta qualidade é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A adesão dos municípios ao novo Plano é “voluntária” e implica, conforme artigos 4º e 5º do referido Decreto na “assunção da responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, expressa pelo cumprimento de meta de evolução do IDEB, observando-se as diretrizes relacionadas no art. 2o”.

Tal competência será monitorada e gerenciada pela União, através do Ministério da Educação (MEC), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O primeiro, na construção e monitoramento de políticas e programas; o segundo no financiamento e o terceiro na regulação por meio de sistemas de avaliação. Estes organismos estatais, sempre em articulação com os municípios, ora fazendo chamada às adesões do programa, no sentido de não perder os prazos, ora exercendo controle sobre a execução das políticas, ora avaliando e exigindo revisões de planejamento por meio de sofisticadas plataformas concedidas pelo MEC aos Municípios e Estados, estão sempre presentes no cotidiano das secretarias municipais de educação.

No contexto da Adesão ao Plano de Metas, a base de apoio técnico e financeiro do Governo Federal aos municípios, exige dos governos locais, conforme Art. 8º, § 5º, a elaboração do Plano de Ações Articuladas, e também, de acordo Art. 10, § 1º a realização da Prova Brasil. Estas exigências legais, como parte da política nacional de educação do Governo Federal, levaram os municípios brasileiros a elaborarem o Plano de Ações Articuladas a partir de 2007, o chamado PAR, o que resultou na operacionalização no âmbito dos municípios de programas educacionais diversos e a reconfiguração da gestão das secretarias de educação e das escolas. Estas últimas, principalmente pela implementação dos programas PDE-Escola e Mais Educação.

O Plano de Ações Articuladas – “chamada” à adesão ao Compromisso Todos Pela Educação (PMCTE)

Um ano anterior ao lançamento do PMCTE do Governo Federal, em 2006, foi lançado, em São Paulo, o Todos pela Educação de iniciativa privada. Denominado de “apartidário e plural” a Organização não Governamental (ONG) Todos pela Educação congrega setores da iniciativa privada e gestores públicos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013). O objetivo desta organização, segundo o próprio discurso de seus dirigentes, é melhorar a qualidade na educação brasileira até 2022, bicentenário da independência política do Brasil.

Em 2007, com o advento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, a partir do Decreto 6094/2007, no segundo mandato da Gestão Lula, se estrutura e implementa uma gestão com foco em resultados (SAVIANI apud FRIGOTTO, 2010). O prazo estabelecido para tal alcance de metas, assim como o Todos pela Educação da iniciativa privada, é 2022, conforme está registrado no Termo de Cooperação pactuado entre o município e o Ministério da Educação.

De acordo com Camini (2009), o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação contou, além da presença do presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva e do Ministro da Educação Fernando Haddad, outros convidados como os ex- ministros da educação Paulo Renato Souza, do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Cristovam Buarque (gestão 2003) do Governo Lula, participaram do evento. Também presenciaram a cerimônia, setores da iniciativa privada e gestores públicos. Esta intensa articulação entre o governo e o empresariado, segundo Shiroma (2011, p. 19) caracteriza a formação de redes sociais que tem como foco estabelecer “novas formas de regulação da educação”. Nesse sentido, o Estado reduz o seu papel nas políticas sociais e entra em cena as “redes interorganizacionais”, o que vem ocorrendo desde a Reforma do Estado na década de 1990, com o surgimento das ONGs e as Organizações Sociais, as quais em parceria com o poder público buscam influenciar a definição das políticas públicas (SHIROMA, 2011). Para Santos (2008, p. 23) as “reformas propostas e implementadas no Brasil apontam para o enfraquecimento do

Estado em sua função social, num processo de racionalização mercantil, em favor da empresa privada”. Segundo Chaves (2006) a reforma do estado nos anos 1990 ocasionou um verdadeiro desmonte do estado, obrigando os países capitalistas periféricos a se centralizarem no desenvolvimento de políticas de caráter focal, estreitando o caráter universal dos direitos sociais.

Ainda, nesse processo de reforma do estado, manifesta-se a entrada do público- não estatal com o discurso de maior eficiência e produtividade na construção e implementação de políticas públicas, uma vez que esta se daria fora do espaço público, local de baixa produtividade (SANTOS, 2008).

Para Frigotto (2011, p. 246) a amálgama de interesses na construção do projeto educacional prejudicou as políticas públicas. Na análise sobre a primeira década da educação do século XXI no Brasil, afirma que as tentativas do Governo de buscar conciliar diferentes interesses no plano da construção das políticas educacionais nos últimos anos, privilegiando principalmente uma “minoria prepotente”, resultou numa “pífia qualidade de educação para a maioria da população”. O Compromisso Todos pela Educação, política desdobrada do Plano de Desenvolvimento da Educação, assim, se fez também com a adesão do empresariado, o que certamente aponta para outros objetivos diferentes da garantia dos direitos educacionais.

No documento O Plano de Desenvolvimento da Educação – Razões, Princípios e Programas, a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação/PAR por parte dos entes federados, impede a descontinuidade das políticas educacionais e isto ajuda no processo do regime de colaboração, Brasil (s. d, p. 24):

O Plano de Metas, por sua vez, agrega ingredientes novos ao regime de colaboração, de forma a garantir a sustentabilidade das ações que o compõem. Convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos planos de ações Articuladas (PAR), de caráter plurianual, construídos com a participação de gestores e educadores locais, baseados em diagnóstico de caráter participativo, elaborado a partir da utilização do Instrumento de Avaliação de Campo [...] O PAR é, portanto, multidimensional e sua temporalidade o protege daquilo que tem sido o maior impeditivo do desenvolvimento do regime de colaboração: a descontinuidades das ações [...]

Na contraposição a esta assertiva, Saviani (2009, p. 27) ao confrontar o Plano Nacional de Educação com Plano de Desenvolvimento da Educação destaca que este se define como um conjunto de ações que “teoricamente” cumpririam os objetivos e metas do PNE:

Tive, porém, de introduzir o advérbio “teoricamente” porque, de fato, o PDE não se define com uma estratégia para o cumprimento das metas do PNE. Ele não parte do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas constitutivos do PNE, mas compõe-se de ações que não se articulam organicamente com este.

Sobre a questão da ausência de organicidade do PDE, Camini (2009, p. 122-123) também ressalta que “do ponto de vista administrativo, identifica-se como aspecto considerado a fragmentação dos programas e das ações executadas no MEC, interna e externamente, demonstrando a necessidade de articulação e unidade na execução”. Os programas apresentados aos municípios são aderidos no conjunto das ações do plano de ações articuladas e tais escolhas devem ter relação direta com o diagnóstico situacional realizado.

Conforme foi mencionado o apoio financeiro e técnico aos municípios está condicionado à elaboração e implementação do PAR, pois este é o instrumento que materializa as ações com o objetivo de cumprir as 28 diretrizes e as metas acordadas no Termo de Compromisso entre a União e demais entes federados. Segundo Santos (2012, p. 85), o PAR é a estrutura material do alcance das metas do Compromisso Todos Pela Educação (CTE):

O PAR representa, no âmbito da política educacional, a estrutura material que concretiza as metas esposadas no CTE. Se no Decreto nº 6.094/2007, são definidas 28 metas para a melhoria da educação brasileira, as quais definem o que será feito pelos municípios e pelo Governo Federal em relação a esse compromisso, o PAR, por sua vez, define como isso será realizado.

A dinâmica de construção do PAR obedece estritamente aos manuais elaborados e

encaminhados às secretarias de educação, os quais se destacam para a elaboração do PAR 2011/2014: 1 - Questões importantes sobre o preenchimento do PAR Municipal; 2 - Orientações para Elaboração do Plano de Ações Articuladas dos Municípios; 3 – Guia Prático de Ações para os municípios; 4 – Manual Técnico-Operacional do Módulo de Monitoramento do PAR e 5 – Orientações Gerais para preenchimento de Dados no SIMEC¹ – Proinfância e Quadras Esportivas Escolares. Segundo Camini (2009) a origem de muitos desses instrumentos estão na ativa participação que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) tem junto ao Ministério da Educação. A construção das 28 diretrizes e a estruturação dos manuais foram direcionados pelo referido órgão.

Segundo Dale (2002, p. 426), existe uma agenda supranacional forjada e direcionada pelos países centrais que influenciam os Estados. Esta agenda é denominada por este autor como Agenda Globalmente Estruturada para Educação e implica “especialmente forças econômicas operando supra e transnacionalmente para romper, ou ultrapassar, as fronteiras, ao mesmo tempo em que reconstruem as relações entre as nações.” Desta direção, é perceptível a forte influência de organismos multilaterais na definição da política educacional brasileira também no Governo Lula da Silva.

Os referidos manuais elaborados no MEC são encaminhados aos municípios por meio de endereços eletrônicos institucionais ou, a equipe técnica local realiza o upload dos documentos no próprio sítio do Ministério da Educação ou do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Esta prática diretiva de planejamento compromete a autonomia do município e a participação por uma via democrática, uma vez que a base referencial são os instrumentos orientadores, o que facilita às secretarias assumirem todo o controle no processo de construção do PAR. Conforme Santos (2008) no processo de reforma do Estado “os termos autonomia e descentralização são associados à ideia de gerenciamento de recursos, racionalização e desburocratização do aparelho estatal”. A lógica do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação materializada no PAR e pactuados entre a União e os demais entes federados parece se consolidar na perspectiva da gestão gerencial, uma vez que existe a determinação de responsabilidades por meio de termos de compromisso, principalmente aos municípios, que devem se esforçar para alcançar um melhor IDEB, sendo este o aferidor da qualidade

do ensino na política implementada pelo Governo Central.

Gestão da educação de Altamira no contexto da adesão do Plano de Ações Articuladas

Altamira foi criada pelo Decreto Legislativo nº 1.234 de 6 de novembro de 1911 (PARÁ, 2013). É um município paraense distante 907 km (distância de condução) de Belém, capital do Estado do Pará². O município possui 123 escolas na rede pública municipal e 24.464 alunos matriculados em creche, pré-escola, no ensino fundamental, educação e jovens e adultos e educação especial (BRASIL, 2012). Sua população estimada em 2013 é de 105.106 habitantes (IBGE, 2010). A figura 01 apresenta a localização do maior município do Brasil em extensão territorial, registra uma área de 159.533,730 km² e pertence à mesorregião sudoeste paraense e a microrregião Altamira:



Figura 01: Localização do município de Altamira. Fonte: IBGE (2013) Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=150060>

Acesso em: 16 Set. 2013

2 Informação disponível no site <http://br.distanciacidades.com>.

Decerto, a intervenção do Governo Federal na região do Xingu em 2010, para o lançamento da pedra fundamental da Construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, aponta para um crescimento demográfico sem precedentes na história da cidade, além de outros problemas socioeconômicos e culturais que fizeram reacender com mais força a resistência histórica dos Movimentos Sociais, como exemplo o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) que se compõe de movimentos, entidades e organizações sociais local, regional, estadual, nacional e internacional, o que tornou a região do Xingu num palco de lutas e resistências, com muito mais intensidade, contra a UHE- Belo Monte.

O município de Altamira realizou a elaboração do primeiro Plano de Ações Articuladas em Fevereiro de 2007 e o segundo em Fevereiro de 2012. Conforme Brasil (2011, p. 6), a elaboração do PAR ocorre em duas etapas: “aplicação do instrumento diagnóstico e elaboração do PAR propriamente dito”. Na primeira versão do PAR (2007-2011), conforme manuais apresentados, uma equipe técnica de elaboração foi formada para, com o apoio de consultoria técnica do MEC, realizar o diagnóstico e construir as ações pré-elaboradas. É importante destacar, que após as pontuações (entre 1 a 4) auferidas aos 52 indicadores, o município não possui autonomia de redigir as ações, elas se apresentam prontas no sistema para que o município, com base no diagnóstico, faça a “opção”, seguindo o indicador, as ações e sub-ações e o preenchimento do cronograma.

Na segunda versão PAR (2011-2014), seguiram-se os mesmos procedimentos, com exceção de que os indicadores foram ampliados para 82, sendo acrescentado a cada dimensão um número maior de indicadores em relação ao primeiro PAR. A equipe técnica local responde aos questionamentos iniciais, afirmando sim ou não às perguntas, as quais são imprescindíveis para que o sistema permita a continuidade das atividades técnicas da equipe, até que chegue ao diagnóstico de cada indicador.

Conforme Manuais de Orientações, a equipe técnica local deve analisar e avaliar os indicadores de cada dimensão, atribuindo notas. A partir daí elabora-se a justificativa que subsidia o registro de demandas para cada indicador. Após esse processo o sistema apresenta as ações fundamentais para o atingimento da demanda potencial solicitada. As formas de execução das ações podem ser de

assistência técnica ou financeira do MEC, financiamento do BNDES, ou executadas com recursos próprios do município (BRASIL, 2011). A figura 01 exemplifica um dos momentos em que a equipe técnica local dos municípios experiência no sistema a execução da pontuação e o estabelecimento de demanda. É um recorte da página do Módulo PAR, no Sistema de Monitoramento, Orçamento e Gestão do Ministério da Educação:

	Pontuação	Critérios Preenchimento Obrigatório
Critério:	<input checked="" type="radio"/>	1. Quando menos de 25% das escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações são inadequadas para a organização e armazenamento do acervo e para realização de estudos. Ou quando não existe biblioteca ou espaço de leitura nas escolas da rede. <input type="radio"/> 2. Quando menos de 50% das escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações não permitem a organização e armazenamento do acervo; não existe espaço suficiente para estudos individuais e em grupo. <input type="radio"/> 3. Quando mais de 50% das escolas da rede já possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações são parcialmente adequadas para a organização e armazenamento do acervo; os espaços para estudos individuais e em grupo não atendem à necessidade da escola. <input type="radio"/> 4. Quando todas as escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura, em cumprimento à Lei 12.244/2010. As instalações são adequadas para a organização e armazenamento do acervo; favorecem a realização de estudos individuais e em grupo.
Justificativa:	<input type="text" value="698"/>	Entre as 10 escolas de ensino fundamental, apenas 01 possui biblioteca. Esse espaço é pequeno e suas condições para armazenar o acervo são ruins (mofo e goteiras). Há apenas duas mesas, impossibilitando a acomodação de uma turma completa. Nas outras 09 escolas não há espaço para organizar bibliotecas.
Demandas Potenciais	<input type="text" value=""/>	Redes Municipais: Ampliar os espaços nas 09 escolas, a fim de construir e organizar bibliotecas, assim como reformar e ampliar a que já existe. Adquirir acervo adequado e mobiliário para as 10 bibliotecas, com espaços apropriados para leitura e reuniões de estudos.

Figura 01: Layout do preenchimento do diagnóstico no módulo PAR. Fonte: MEC/2011

Os elementos apresentados na figura em apreço (critérios de pontuação de cada indicador, o espaço para a justificativa e campo para demanda potencial) se repetem em todos os indicadores avaliados no PAR, cobrindo as quatro dimensões já descritas.

A educação pública municipal de Altamira no período de 2001 a 2008 recebeu forte influência dos programas do Instituto Ayrton Sena (IAS). Paulatinamente foram implantados os Programa Escola Campeã (2001 a 2004) e Rede Vencer (2005 a 2012). Conforme a análise de Gutierrez (2010) no processo de municipalização da rede pública municipal de ensino de Altamira houve “avanços e recuos na democratização da educação”. É no bojo da parceira Prefeitura Municipal de Altamira

(PMA) com o IAS que foi assinado o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, conforme determinações do Decreto 6.094/2007. As consequências da adesão foi a coexistência de duas linhas de gestão: uma na relação com o público- privado materializada pelas ações do IAS e outra alinhada com as orientações do Governo Federal, o Plano de Ações Articuladas, o qual conforme Camini (2009) está fundado em orientações da UNESCO. A partir da implementação do PAR, o município passa a compor uma Equipe Técnica Local, um Comitê de Acompanhamento e, realiza o monitoramento 2009, sob orientações da Universidade Federal do Pará.

O Plano de Ações Articuladas e a ruptura da política de gestão educacional do Instituto Ayrton Senna em Altamira-PA

A adesão ao PMCTE pela Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED) em 2007 e a consequente elaboração do PAR em 2008 resultou na criação de um departamento de planejamento, com uma coordenação exclusiva para o Plano de Ações Articuladas e sub-coordenações para os programas que emergiam a partir da nova política implantada. O número de membros da equipe foi considerado pequeno diante da demanda de ações que emergiram com o PAR, condição esta que permaneceu até 2010, quando novas decisões políticas passaram a ser discutidas.

Conforme Brasil (2011), é necessário a formação de uma equipe denominada de “equipe técnica local” para a construção do PAR:

Na etapa de diagnóstico, a coleta de informações e o seu detalhamento deverão ser obtidos a partir da discussão conjunta entre os membros da equipe técnica local, cuja composição deverá contemplar a presença dos seguintes segmentos: Dirigente Municipal de Educação; representante dos diretores de escola; representante dos diretores de escola, representante dos professores da zona urbana; representante dos professores da zona rural; representante dos coordenadores ou supervisores escolares; representante do quadro técnico-administrativo das escolas; representante dos Conselhos Escolares; representante do Conselho Municipal de Educação (quando houver).

As orientações do MEC estabelecem para a SEMED quem deve compor a equipe de elaboração do PAR. Se observa, portanto na citação destacada, que representantes de outros segmentos importantes, como do sindicato dos professores, não são elencados para discutir a base diagnóstica e ações que devem compor o plano. Conforme Altamira (2008) 13 pessoas participaram da elaboração do PAR, dentre os quais 2 professores, 1 diretor e 1 vice-diretor escolares, 2 coordenadores pedagógicos, 01 conselheiro escolar, 4 técnicos da SEMED e um consultor do MEC. O período de elaboração do PAR versão 2007 foram de 4 dias e o período do PAR versão 2011 foram de 6 meses.

Na versão 2011 do PAR, os municípios, a maioria sob um novo governo, foram mobilizados a realizar o diagnóstico de 82 indicadores que se distribuíram em 17 áreas. Estas 17 áreas estão contidas nas quatro dimensões: Gestão Educacional, Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação, Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

A possibilidade de captar recursos por meio de Convênios e Termos de Compromisso, embora condicionado ao atingimento de metas, eleva a importância do PAR no contexto das Secretarias e das prefeituras. Na primeira rotatividade de secretário de educação no segundo Governo do PSDB em Altamira, a estrutura da política de gestão educacional do IAS inserida há quase uma década na SEMED, começa a sofrer profundas modificações, as quais, denomino de crises, especialmente com o desmantelamento de suas principais coordenações: Gestão Nota 10 e Circuito Campeão e redução dos gastos das formações, provocando dificuldades na execução de ações previstas no Plano de Metas (principal instrumento de gestão instituído pelo IAS), à medida que a equipe local do PAR é ampliada, mas não suficiente para a implementação de todas as ações previstas nas quatro dimensões do PAR, como é o caso da dimensão Gestão da Educação, temática esta que demanda melhor aprofundamento noutro estudo.

Em Altamira, os partidos que se alternam no poder municipal desde o final da década de 1990 é o PMDB e o PSDB. Com a derrota do grupo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nas eleições de 2012, a Secretaria Municipal de Educação de Altamira vivencia as ações de um novo Governo. Encontram

duas políticas que coexistem no âmbito da SEMED. Toda a estrutura do IAS composta de coordenador, superintendentes e programas, é desmontada, rompendo um ciclo de mais de uma década da parceria público-privada entre a PMA e o IAS. A opção se faz pelo Plano de Ações Articuladas. Não cabe, nos limites deste artigo, até mesmo pela necessidade de ampliação da pesquisa, de elencar as causas ou razões que o Governo do PMDB assumiu frente a política educacional da Rede Municipal de Altamira, ao romper com uma ONG que se fortalece à medida que “celebra” acordos com os estados e municípios do Brasil para assumir o comando da educação pública. Mas, Peroni (2006) lança luz sobre esta questão ao destacar que a presença do IAS na gestão da educação dos municípios se pauta por um forte controle nos aspectos da gestão pedagógica e administrativa, além da cobrança financeira para a manutenção de sistemas de informação e da exigência aos municípios na compra de kits para desenvolvimento de programas denominados tecnologias educacionais. Costa (2011) apud Gutierrez (2013) reforça esta questão quando cita o município de Cáceres, onde os gastos em função da parceria levaram a ruptura da parceria com o IAS, uma vez que em 2008 os custos de manutenção dos programas quase atinge a cifra de R\$100.000,00.

É preciso, no entanto, buscar compreender as implicações do PAR na gestão da educação do que foi no passado e também as repercussões que ele assume no contexto da nova administração de Altamira, haja vista que o princípio da continuidade permaneceu, sendo necessário agora analisarmos no campo da execução do PAR. Assim, os documentos gerados pela política do PAR, como Termo de Adesão, Termos de Compromisso, Diagnóstico Situacional, o Texto Integral do Plano de Ações Articuladas, Relatório de Monitoramento, Relatório do Cumprimento de Metas, Memorial da Gestão Educacional, bem como os membros da Equipe Técnica e Comitê Local, e os gestores responsáveis são fundamentais para a compreensão do processo político educacional que se desenrola no contexto de Altamira-Pa.

Considerações finais

O Plano de Metas Compromisso Todas Pela Educação lançado pelo Governo Federal no ano de 2007 direcionou os municípios brasileiros a assinarem o Termo de Adesão ao referido Plano. A pactuação se fez com a promessa de se está cumprindo o regime de colaboração ente os entes federados, previsto na Constituição Federal de 1988.

O apoio aos municípios e estados se daria pela via técnica e financeira, tendo como principais órgãos, nesse processo, o Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A adesão foi plena e cada município no contexto do Plano de Metas elaborou o Plano de Ações Articuladas. Para tal o MEC disponibilizou assessoria técnica principalmente aos municípios com baixo IDEB, conforme determinou a resolução 29 de Junho de 2007 do Conselho Deliberativo do FNDE.

Um conjunto de resoluções regulamenta desde 2007 a forma de execução e de financiamento das ações do PAR. Uma das exigências aos municípios, que reza o decreto em epígrafe, é a constituição de um Comitê Local, para acompanhamento do alcance das metas estabelecidas no Termo assinado, incluindo aí, as metas intermediárias. Em tese o cumprimento das ações do PAR ajudaria os municípios atingirem as metas, uma vez que receberiam apoio técnico e financeiro da União.

O município de Altamira-PA é signatário do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Com esta adesão a SEMED inclui em sua gestão, oito meses após assinatura do Termo de Adesão, além dos programas do IAS, os programas advindos do MEC por meio do Plano de Ações Articuladas e institui uma equipe própria para a gestão do PAR, plano este estruturado em 4 grandes dimensões: gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura e recursos pedagógicos.

No segundo mandato do Governo do PSDB (2009-2012), as crises na espinha da política educacional do IAS, com a redução de seu quadro de coordenação no âmbito da SEMED, abre espaços para que o PAR se torne mais visível. Em 2013, a política dual na SEMED de Altamira é rompida,

com a determinação do governo atual (2013-2016) em manter o Plano de Ações Articuladas como principal política da atual gestão da Secretaria Municipal de Educação. Entretanto, os desdobramentos desta relação entre a PMA e o Governo Federal através do MEC e do FNDE, no que se refere à gestão da educação, ainda estão no futuro, mas o que é evidente é que a centralidade do PAR se assenta na União, com forte regulação por meio das resoluções do FNDE e das medidas tomadas pelo MEC frente aos programas que são disponibilizados aos municípios na Plataforma SIMEC, ambiente de constante relação com a equipe de gestão do PAR e com o Secretário de Educação.

NOTAS

O Sistema de Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) se configura como um portal de gestão do Ministério da Educação. Neste sistema está disponível para os estados e municípios o módulo PAR, no qual é elaborado o diagnóstico, o plano de ações articuladas e onde também é realizado o monitoramento das ações. É por meio dele que as secretarias municipais fazem ou não a adesão aos programas que vão sendo disponibilizados pelas secretarias do MEC ao longo do ano. Prefeitos e secretários de educação, bem como pessoas autorizadas por estes, possuem senha de acesso ao referido sistema.

Referências

ALTAMIRA. Secretaria Municipal de Educação. Documento: Elaboração do Plano de Ações Articuladas (2008-2011) do Município de Altamira – Relatório, 2008.

ALTAMIRA. Secretaria Municipal de Educação. Memorial da Gestão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Altamira-Pa (2005 a 2012), 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 18ª ed. Atualizada e ampliada. –São Paulo: Saraiva 1998.

BRASIL. Lei nº 10172 – 09 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas: Brasília [s.d], MEC.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação – Instrumento de Campo: Brasília, 2007, MEC.

BRASIL. Diário Oficial da União nº 246 de 21 de Dezembro de 2012. Portaria nº 1478. Seção I. Anexo I e II – Matrículas da Educação Básica de Altamira. Disponível em:<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=21/12/2012&jornal=1&pagina=201&totalArquivos=952>>. Acesso em: 15 Dez. 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.094 – 27 de Abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 Ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 29, de 20 de Junho de 2007. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações para Elaboração do Plano de Ações Articuladas (2011-2014). Brasília, 2011. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 15 Set. 2011.

CAMINI, Lucia. A gestão educacional e a relação entre entes federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. 2009. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009. Disponível em: < www.lume.ufrgs.br>. Acesso em: 12 Jun. 2012.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. A Política de Financiamento da Educação Superior Pública e da Pesquisa no Brasil. In: NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; LIMA, Rosângela Novaes (Orgs). Política Pública de Educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões. Porto Alegre: Sulina, 2006.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf>. Acesso em 10 Nov. 2013.

FRIGOTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf> >. Acesso em: 12 de Dezembro de 2012.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. A Municipalização do Ensino no Município de Altamira/PA e suas implicações para a democratização Educacional. 2010, 367 f. + Anexos. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.lume.ufrgs.br. Acesso em: 12 Jun. 2012.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. O Financiamento e o Controle Social dos Recursos da Educação no Contexto das Parcerias Firmadas entre o Instituto Ayrton Senna (IAS) e Municípios Brasileiros. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Gestão Municipal da Educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna. Giânia: Funape; Recife: Anpae, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 02 Set. 2013.

PARÁ. Estatística Municipal Altamira 2013. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Altamira.pdf>. Acesso em 20 Set. 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/final_Eccos.pdf>. Acesso em 04 Set. 2013.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo. Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. Conversas impenitentes sobre a gestão na educação. Belém: EDUPA, 2008.

SAVIANI, Dermeval. PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SHIROMA, E.O. Redes Sociais e Hegemonia: Apontamentos para estudos de políticas educacionais. In Políticas para a Educação. Análises e apontamentos. Maringá, Pr: UEM, 2011. Disponível: http://www.gepeto.ced.ufsc.br/downloads/Produo%20Acadmica/Captulos/liv-mario_-_artigos_eneida_e_angela.pdf

TODOS PELA EDUCAÇÃO. São Paulo: TPE, 2013. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 26 Ago. 2013.